

Não são gigantes? Moinhos, geradoras eólicas e etnógrafos

Jean-Yves Durand e Manuela Ivone Cunha

CRIA - Universidade do Minho

IDEMEC - Aix-en-Provence

Benjamim Pereira já contou - por exemplo, numa entrevista publicada na *Etnográfica* por Paulo Costa e Cláudia Freire (2010) - que foi graças aos moinhos e a um encontro fortuito no cais da estação de Montedor que se iniciou na etnografia. O encontro fortuito, por intermédio de Pedro Homem de Mello, foi com Ernesto Veiga de Oliveira - aliás, impõe-se dizer que 2010, ano do encontro de homenagem em que este texto foi apresentado, foi também o ano do centenário do nascimento do Dr. Ernesto. O Benjamim prontificou-se então a acompanhá-lo, assim como ao Fernando Galhano, numa visita que os dois tinham programado ao Norte para o estudo dos moinhos. Acabaria nessa viagem por mostrar-lhes várias destas construções no rio Âncora, as quais conhecia bastante bem e que de resto utilizava em complemento aos moinhos da sua própria casa. Foi o primeiro trabalho de campo realizado por uma equipa que ainda não sabia que iria colaborar durante várias décadas na produção de uma documentação etnográfica com poucos equivalentes na Europa.

Há uns anos, e a um outro título, levámos nós o Benjamim a ver um outro moinho num riacho do Minho, mas não já em funcionamento. Trata-se de uma azenha semi-arruinada nas imediações da nossa casa e que pensávamos então talvez restaurar, ainda sem saber o uso que lhe viríamos a dar: queríamos ponderar com o Benjamim alguns aspectos desse eventual restauro. Até hoje não avançamos com essa recuperação e o edifício permanece destelhado, com as paredes de granito quase intactas mas cobertas de musgo e o interior atravessado por vegetação. A mó, essa, encontra-se há uns anos na garagem, para evitar a sua mais que provável reciclagem em mesa de jardim por parte de algum vizinho mais criativo. Dois outros moinhos, pertencentes a diferentes vizinhos, completam uma série de três no mesmo ribeiro. Um encontra-se em melhor estado de conservação, sem plantas a envolvê-lo, ainda

que com as paredes recobertas de tinta em desaparecimento e com um telhado de chapa periclitante. Quanto ao terceiro moinho, encontra-se ainda mais arruinado - ou vegetalizado, para usar uma expressão reflectindo talvez não só um eufemismo técnico, mas uma outra perspectiva das coisas - e outros propósitos também.

Quem não parece aceitar que tal vegetalização possa constituir um estado aceitável e legítimo daquilo que passou entretanto a ser entendido como património - portanto, desde logo a recuperar e desse modo a resgatar ao tempo - é o Presidente da Junta de Freguesia. Tanto assim é que os três moinhos são tema incontornável em cada campanha eleitoral - e já lá vão várias desde a nossa chegada -, altura em que abandonam a discricção do Caminho dos Rios, frequentado pelos poucos residentes deste lugar dos arredores de Braga e por apanhadores de castanhas ou ocasionais BTTistas, para passarem a ser objecto de promessas de protagonismo patrimonial ou educativo e mesmo de desenvolvimento turístico, com a eventual organização de visitas comentadas e de excursões escolares ao local. Os três casais de proprietários nunca foram consultados quanto a estas intenções, nem quanto à natureza da reabilitação que elas implicam, pois o consenso hegemónico de que beneficia a ideologia patrimonializadora parece dispensar à partida esse contacto. Na perspectiva dos candidatos à Junta, como poderiam os proprietários não estar de acordo? Seja como for, finda a última campanha, tudo voltou ao remanso habitual que a perspectiva das próximas eleições autárquicas, com a crise a redefinir as prioridades e a limitar as possibilidades de juntas recompostas, ainda não perturbou.

Durante séculos, e mesmo milénios, os moinhos tiveram na Europa uma considerável importância económica e social, expressa com insistência na tradição oral. Situavam-se numa das áreas essenciais e obrigatórias de articulação entre o indivíduo (ou a unidade doméstica) e a comunidade, obrigando a uma organização precisa da gestão colectiva do tempo ou dos recursos energéticos e, portanto, suscitando inevitáveis conflitos. Associado ao diabo e a diversos santos, o moleiro era visto como a quintessência do aldrabão, mas era também o representante do povo perante os poderes políticos e económicos. Espaço de um trabalho demorado e de longos momentos de espera, o moinho era um lugar de sociabilidade, de namoro, de relacionamentos ilícitos, de iniciações. As relações ambientais e sociais cristalizadas nele traduziam-se em muitos provérbios. Animado, produzindo barulhos, e mesmo cantando, o moinho era antropomorfizado com facilidade, era personalizado e servia de suporte a diversas analogias sexuais atrevidas.

Com a sua simbólica, o moinho permitia portanto pensar e representar o mundo e o essencial da vida: o trabalho, o amor, o elo social... É a partir deste folclore que os moleiros, as moleiras e o que - além de farinha - faziam nos moinhos entraram na literatura escrita com os *Contos de Canterbury*, de Chaucer, ou a obra de Boccaccio, ou na pintura, com a autonomização do tema da paisagem, do qual o moinho é um cliché pelo menos desde Brueghel. Os edifícios dos moinhos, com os seus vários tipos e as suas dimensões também diversas, eram de facto marcos óbvios na paisagem de numerosas regiões rurais europeias. A sua força evocativa não escapou ao romantismo. E a sua imagem de labor seduziu o Estado Novo, em cujos livros escolares o moinho de vento adquire uma relevância quase emblemática.

Lembranças da importância dos moinhos na vida antiga explicam em parte a facilidade com a qual são agora ressemantizados em "património". De facto, em particular no Minho, onde é elevada a densidade de moinhos (com alguns ainda mantidos

em funcionamento regular pelas famílias a que pertencem), raras são as semanas em que o leitor de um jornal local não descobre a existência da vontade que tem uma junta de freguesia ou um “grupo etnográfico” de restaurar um ou outro moinho instalado num riacho da região, apresentado como um importante testemunho da memória local. Focalizadas em primeiro lugar nas construções e nas máquinas que protegem, estas iniciativas procuram antes de mais preservar as estruturas edificadas e mecânicas. Contemplam também por vezes a possibilidade de permitir a realização de uma ocasional moagem, integrada por exemplo no programa da festa anual da freguesia e destinada a evocar algumas das antigas actividades agrícolas.

Mas, quando se pretende efectivamente dar a um moinho a possibilidade de funcionar de novo com alguma regularidade, uma grande dificuldade provém do actual estado de destruturação da agricultura tradicional na região e do abandono progressivo ao qual têm sido votadas as estruturas de captação, de armazenamento e de condução da água (Durand 2003). Elemento estruturante do espaço do Alto-Minho, mas inscrita na paisagem com a discrição de uma marca de água (Durand 2004: 33-34), a complexa rede de minas, poças e regos tem atraído menos cuidados que os moinhos, ao funcionamento dos quais este sistema hidráulico é muitas vezes indispensável. Além disso, a emigração e a passagem de uma parte considerável da mão-de-obra para outros sectores de actividades (ou para o desemprego) podem fazer com que os trabalhos colectivos de manutenção das estruturas pareçam pouco necessários ou sejam mesmo impossíveis de realizar – o que pode ter consequências drásticas, com desmoronamentos e aluimentos quando se deu um inverno particularmente chuvoso. Apesar destas dificuldades, não é só na nossa freguesia que os moinhos suscitam hoje muito interesse e motivam uma proliferação de iniciativas de preservação, mais ou menos ambiciosas, em geral não-profissionais, por vezes museograficamente desastrosas, nem sempre imaginativas (a micro-geração eléctrica, que podia pelo menos nalguns casos constituir uma real possibilidade de re-dinamização, continua uma raridade), raramente sustentáveis enquanto recursos turísticos. De facto, quantos moinhos restaurados nas últimas duas ou três décadas não voltaram já a ser ensilvados? E quantos são os lugares onde uma intenção de visita das azenhas indicadas numa placa à entrada do caminho esbarra perante a impossibilidade de identificar o actual detentor da chave, agora que morreu o velho moleiro a quem a Junta tinha pedido para assegurar os papéis de guarda e de guia...

Seria aliás útil realizar um levantamento de todas as iniciativas de conservação molinológica, expressas e implementadas nos últimos anos. Como no caso da explosão museológica, e em particular etnomuseológica, que se deu no Alto Minho a partir dos anos 1990 (Alpuim 2007), a sua proliferação tem origem num bairrismo visível no polvilhar do que é possível rotular de “patrimônios” (Durand 2006), realizações redundantes que tiram relevância pedagógica e sustentabilidade turística aos poucos projectos com qualidade que, estrategicamente colocados, seriam suficientes. Benjamim Pereira (1987) evocou, aliás, há mais de vinte-cinco anos, a necessidade de uma política cultural e em particular etnomuseológica coerente, elaborada e coordenada pelo menos a nível regional.

A força que tem em Portugal o interesse molinológico popular é surpreendente para quem vem de França, país onde de uma maneira geral o mesmo tipo de iniciativas é menos visível. Em contrapartida, existem aí mais universitários que se interessam pelos moinhos explorando as zonas de contacto entre arqueologia, história, antropologia e tecnologia, e que os abordam mais como pontos privilegiados de

observação de um sistema sócio-técnico particular do que enquanto recursos patrimonializáveis. Além das razões desta variação internacional (uma comparação com certas regiões espanholas seria igualmente informativa), é possível interrogarmo-nos acerca dos motivos da preeminência de determinadas temáticas no âmbito das encenações festivas, designadas como “etnográficas”, que servem para alimentar e suportar a idealização de um passado desvanecido. Mesmo quando tinham proprietários individuais, os moinhos não escapavam todos por inteiro à necessidade de alguma gestão coordenada, nem que seja na repartição do tempo de uso dos recursos hídricos. Esta dimensão mais ou menos colectiva e a socialidade que era ligada ao tempo de moagem são muitas vezes evocadas como motivando os projectos de recuperação e encenação de moinhos (entre outros restos de algumas actividades agrícolas antigas, com um óbvio lugar de destaque para a debulha dos cereais). O facto de se tratar de estruturas fixas é aqui limitativo mas, por outro lado, a sua permanência confere mais visibilidade a edifícios instalados em geral em lugares hoje considerados como bucólicos. Pode igualmente ser importante que estas máquinas nos pareçam hoje algo antinómicas em relação à imagem da máquina ideal-típica, concebida e construída por peritos muitas vezes anónimos e altamente especializados em técnicas desconhecidas localmente, feita sobretudo de metal, evocando a agressividade do mundo industrializado e animada por fontes de energia associadas à mesma esfera simbólica. Ao contrário, o moinho é uma “arquitetura-máquina” (Rivals 2000: 9) de origem local, feita de pedra e de madeira ou de pano. Trata-se de uma máquina primária, elaborada sem envolver saberes metatécnicos e sem recorrer a competências que não estão disponíveis localmente. É movida por uma energia usada também ela de maneira imediata, sem transformação, e agora conhecida por ser “renovável”, o que leva a uma valorização de cariz ecológico. E o fascínio que exerce o movimento que parece perpétuo de um rodízio ou de uma roda vertical traduz-se na inevitável presença de um moinho movido pelo ribeirinho em circuito fechado de qualquer “presépio animado” que se preze ou de uma representação miniatura de uma cena de vida rural¹.

O que é certo, é que se é pelo caminho dos moinhos que o Benjamim chegou à etnografia, poucos são os aprendizes etnógrafos que enveredam hoje pelos mesmos trilhos. Agora que foi ultrapassado o sentimento de urgência que sustentou a acção da equipa dos fundadores do Museu de Etnologia, observamos menos os objectos do que o seu uso e as modalidades da sua patrimonialização, na qual nem sempre sabemos até que ponto podemos ou devemos participar. Esta atitude circunspecta pode não ser suficiente, porque continuamos rodeados de objectos, e cada vez mais variados. Não é por não serem vistos como património que não merecem análise, e esta análise não se deveria restringir ao uso, ao consumo, como é agora demasiado o caso, para abranger igualmente todas as dimensões do trabalho, da produção, do funcionamento técnico, da eficácia, do significado.

Só assim poderemos passar do mundo desvanecido dos moinhos e das azenhas para o futuro próximo das geradoras eólicas, das quais é impossível pensar que Dom Quixote não as teria visto como gigantes que exigem serem confrontados. Mas como confrontar objectos que parecem escapar aos instrumentos etnográficos e ul-

¹ Independentemente da avaliação estética ou ideológica que possamos fazer das miniaturas de alfaias agrícolas, de casas rurais ou de certas actividades - que o Benjamim abomina... - é inegável que constituem uma manifestação cultural hoje bem viva, como se pode constatar com uma visita a qualquer “feira de artesanato”, e que seriam portanto dignas de uma atenção etnográfica.

trapassar as nossas escalas habituais de observação? Esses objectos industriais, produzidos em série, com materiais frios e mudos, sem qualquer tipo de enraizamento cultural local, têm proprietários anónimos e desconhecidos e remetem para problemáticas globais. São muito dificilmente apropriados afectivamente, até porque o seu tamanho e a sua proliferação podem ser agressivos e produzir um efeito de descaracterização e uniformização paisagística. Ora é precisamente sobre as eólicas enquanto vectores de polémicas e de produção da paisagem que se debruça um projecto de investigação desenvolvido em parte em Portugal (Dracklé e Krauss 2011; Afonso 2007): esta abordagem é certamente necessária mas não tem de ser exclusiva.

A poucos quilómetros a noroeste de Lisboa, moinhos antigos e geradoras eólicas são agora igualmente conspícuos na paisagem da Estremadura. Este palimpsesto tecno-paisagístico mostra que, passando pelo lugar dos moinhos para chegar à etnografia, o Benjamim seguiu um dos caminhos que os etnógrafos contemporâneos têm de tomar se quiserem conseguir passar entre os “dois países” evocados num texto de João Leal: um país rural que o Benjamim tentou captar, sentir, cartografar, retratar através de objectos; e outro “país que já não é rural sem que dele se possa dizer que é inteiramente urbano”, “que se revê hesitantemente - ou que não se revê de todo - nos objectos que Benjamim coleccionou e estudou, um país do qual ainda não foram encontrados os objectos representativos” (Leal 2010: 185). Se é que estes objectos existem...

Como pôr uma geradora eólica num museu de etnografia? Fará sentido? Após uma fase pessimista em que anunciavam como certa e inevitável uma uniformização cultural generalizada, os antropólogos passaram aos poucos quase todos a considerar que afinal a globalização não era tão monolítica como parecia e não impedia, ou até suscitava, o aparecimento de hibridizações, de particularismos criativos, de novas especificidades culturais dinâmicas. No que diz respeito ao caso muito restrito das eólicas, museus etnográficos portugueses ou de qualquer outra parte da Europa ou do mundo só poderiam apresentar artefactos extremamente parecidos, com um leque provavelmente quase nulo de divergências técnicas ou estilísticas significativas. Contudo, se os objectos são tão indiferenciados, as atitudes perante a sua chegada a determinada região e as polémicas que por vezes suscitam podem ser muito diferentes. Uma antropologia da técnica é certamente aplicável aos produtos do design industrial globalizado mas, numa escala de observação e de análise mais localizada, é de facto antes de mais pela observação das variações nos usos dos objectos manufacturados que é possível a sua abordagem etnográfica. Não é só por causa das suas dimensões que um elemento de uma geradora eólica não poderia servir num museu de suporte ao mesmo tipo de discurso que o rodízio em madeira de uma azenha.

É toda a ampla problemática das inevitáveis evoluções das áreas de relevância e das funções dos museus etnográficos que se perfila aqui: diluição das suas antigas áreas geográficas ou temáticas de relevância; redimensionamento da missão científica que se encontrava na sua origem; interrogações sobre as condições (e a relevância) da selecção e colecta de mais objectos; necessidade de adaptação à instituição da noção de “património imaterial”; redefinição das relações de autoridade com os grupos sociais representados; evolução dos “públicos” e experimentação com novas estratégias discursivas; incertezas perante as possibilidades abertas pelas técnicas digitais; expectativas internas e externas de um maior e mais diversificado envolvimento na esfera pública, com uma conseqüente ênfase crescente na função social e política da acção museológica... Estas dúvidas estão longe de ser novas mas foram

ainda renovadas e reforçadas pelas mudanças sociais e culturais recentes (para uma síntese brevíssima mas eficaz, embora focada nos museus de etnografia “exótica”, ver Harris e O’Hanlon 2013). Quando encontrarmos a solução, quando soubermos olhar para o nosso mundo – se ele merecer... – com a atenção, a minúcia, a criatividade, e talvez sobretudo o prazer com os quais o Benjamim e os seus companheiros olharam para o Portugal rural da segunda metade do século XX, poderemos dizer que soubemos seguir os seus passos. Estejamos confiantes: um tema recorrente na tradição oral europeia fala dos moinhos como potentíssimas máquinas de rejuvenescimento: quem entrar velho num moinho sai mais novo. Temos de voltar aos moinhos.

Bibliografia

- AFONSO, Ana Isabel, 2007, “Antropologia ao sabor do vento. abordagem interdisciplinar do impacto da política eólica no processo colectivo de construção da paisagem”, em J. M. Uribe (ed.) *Enclave Ibérica: Vecinos, caminos, y mudanzas culturales*. Pamplona, Universidad Publica de Navarra: 151-161.
- ALPUM, João M. A. C. B., 2007, *Panorama Museológico do Alto Minho*, Tese de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, Paulo Ferreira da, e Cláudia Jorge Freire, 2010, “Entrevista a Benjamim Pereira: Uma aventura prodigiosa”, *Etnográfica*, 14 (1): 165-176.
- DRACKLÉ, Dorle, e Werner Krauss, 2011, “Ethnographies of wind and power”, *Anthropology News*, 52 (5): 9.
- DURAND Jean-Yves, 2003, “A diluição do consenso. A água, de «fonte de vida» a «património colectivo»”, *Etnográfica*, 7 (1): 15-31. <http://hdl.handle.net/1822/5330>
- DURAND Jean-Yves (ed.), 2004, *Vila Verde: uma etnografia no presente*. Vila Verde, Município de Vila Verde, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Norte.
- DURAND Jean-Yves, 2006, “Patrimónios / patrimónos”, em Colectivo, *A função social do museu*. Montalegre: Município de Montalegre e MINOM, pp. 41-53. <http://hdl.handle.net/1822/5367>
- HARRIS, Clare, e Michael O’Hanlon, 2013, “The future of the ethnographic museum”, *Anthropology Today*, 29 (1): 8-12.
- LEAL, João, 2010, “Os dois países de Benjamim Pereira: a homenagem”, *Etnográfica*, 14 (1): 185-195.
- PEREIRA, Benjamim, 1987, “Em defesa e para a valorização do património etno-museológico do Alto Minho”, *Mealibra: Revista de Cultura*, Viana do Castelo, 2.ª série, 1: 46-56.
- RIVALS, Claude, 2000, *Le moulin et le meunier*, vol. 2, Une symbolique sociale. Portet-sur-Garonne, Éditions Empreinte.